



Canal Energia – 16 Set 2003

Governo já admite descartar índice setorial e revisão quinquenal no novo modelo Como alternativa MME poderá adotar uma cesta de índices para reajustar os contratos do pool, segundo Tolmasquim

Oldon Machado e Júlio Santos, Noticiário
16/09/2003

O pleito dos agentes do setor elétrico ao Ministério de Minas e Energia por mudanças na proposta de novo modelo parece estar surtindo efeito. Mesmo antes de receber a posição consolidada de empresas e associações sobre as mudanças pretendidas, o governo já admite abandonar pontos apresentados no documento de reforma setorial, como a criação de um índice específico do setor e a revisão dos contratos a cada cinco anos.

No caso da revisão quinquenal dos contratos entre geradoras e distribuidoras no pool, a proposta foi amplamente rechaçada pelas empresas de geração do setor, reunidas sob o coordenação da Abrage (Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica). Na última quinta-feira, dia 11 de setembro, em reunião em Brasília com o secretário-executivo do Ministério, Maurício Tolmasquim, o grupo se manifestou contrariamente à idéia do governo.

A proposta consolidada das geradoras será levada ao secretário na próxima quinta, dia 18. Tolmasquim afirma que a revisão dos contratos a cada cinco anos foi sugerida justamente para abrir espaços visando a adequações nas bases firmadas inicialmente. Isto em função, segundo ele, do descolamento que ocorre com a variação, ao longo dos anos, do índice de correção. O secretário disse, no entanto, que empresas e governo buscam uma solução conjunta.

"O modelo sugeriu a revisão de cinco em cinco como forma de verificar se as condições de quando o acordo foi firmado estão se respeitadas. Isto nada tem a ver com a revisão das distribuidoras, que é um processo totalmente diferente", explica.

Ao participar na semana passada, no Rio de Janeiro, de seminário sobre o novo modelo, o diretor financeiro da Cemig, Flávio Decat, deixou clara sua preocupação com a revisão tarifária quinquenal para os contratos de geração. "A Cemig não investe com revisão tarifária a cada cinco anos", afirmou o executivo, lembrando os problemas enfrentados com o processo de revisão do segmento de distribuição.

Índice setorial - Na revisão, segundo o executivo, a Aneel reduziu o valor do MWh da empresa de R\$ 62 para R\$ 50, de forma descricionária. Pelas estimativas dele, a medida representará uma perda anual da ordem de R\$ 340 milhões. "Isto vai representar perda de valor para a empresa", diz Decat, acrescentando que a Cemig já entrou com recurso administrativo na Aneel.

O índice setorial, que foi proposto justamente para reajustar esses contratos do pool, também deve ser abolido nas próximas fases de concepção do novo modelo. Segundo Tolmasquim, a falta de histórico de um novo índice foi colocado por organismos financiadores como principal entrave para a idéia, podendo dificultar a concessão de novos financiamentos para as empresas.

Como alternativa ele adiantou que poderá ser construída uma cesta de índices para reajustar os contratos do pool. O tema está sendo discutido com agentes, e será avaliado com a consultoria técnica da Fundação Getúlio Vargas.



Para Flávio Decat, na implantação do novo modelo do setor elétrico, o governo não pode deixar de ver a questão tributária, que hoje afeta toda a cadeia. O executivo estima que 60% da receita das distribuidoras destinam-se, hoje, ao pagamento de impostos, tributos e encargos intrasetoriais. "O modelo não pode passar ao largo desta questão", diz.

A questão tributária, na ordem do dia no Congresso Nacional, também preocupa o ministério de Minas e Energia e os agentes do setor elétrico. O tema está na agenda de vários segmentos. Atualmente, a questão é estudada pelo MME, pela CBIEE (Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica), Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia) e pela Eletrobrás.